



Prioridades e projectos para o mandato de 2003-2004

Caros colegas,

Conforme anunciei no início do meu mandato, apresento-vos hoje um programa de trabalho de que constam os objectivos relativamente aos quais o CESE deverá realizar progressos durante os próximos dois anos com vista a aumentar a sua capacidade de desempenhar eficazmente as suas missões e responsabilidades.

Esse programa integra-se no contexto e no calendário políticos esboçados no meu discurso de início de mandato de 23 de Outubro.

Nesse discurso eram referidos os principais problemas e questões que ocuparão o CESE durante os próximos dois anos, que passo agora a repetir e aos quais acrescento novos elementos:

- a Constituição da União Europeia,
- o alargamento cultural e geográfico da UE,
- a evolução do modelo social europeu,
- o esforço sistemático de garantir a sustentabilidade em todos os domínios políticos,
- o estímulo ao crescimento económico, o encorajamento do espírito empresarial e o reforço da competitividade,
- a luta contra o desemprego e a pobreza,
- o desenvolvimento económico e social do terceiro mundo,
- a integração económica, social e política dos imigrantes,
- a obtenção e a manutenção da paz.

Queremos dar uma contribuição útil e de qualidade para a resolução destes problemas no interesse das cidadãs e dos cidadãos e da União Europeia. Para tanto é necessário que as nossas recomendações e as nossas acções sejam devidamente tidas em conta e aceites pelos decisores do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão, o que implica que o Comité prossiga os seus esforços no sentido de desenvolver e melhorar a sua estrutura e os seus métodos de trabalho.

Neste contexto mais geral é possível distinguir essencialmente quatro linhas de acção que o CESE deve seguir de maneira sistemática e resoluta:

1. otimizar o papel de órgão consultivo do PE, do Conselho e da Comissão, intensificando a cooperação,
2. melhorar a representatividade e a credibilidade do CESE enquanto representante institucional da sociedade civil,
3. desenvolver os meios e as estruturas internas do Comité,
4. reforçar a presença do CESE no debate sobre o futuro da Europa.

É evidente que estas quatro linhas de acção estão estreitamente interligadas. Qualquer progresso numa delas permitirá progredir igualmente nas outras.

Insisto neste ponto porque se têm feito ouvir vozes a aconselhar-nos a concentrarmo-nos na nossa missão inicial, isto é, limitarmo-nos à emissão de pareceres. Qualquer outra iniciativa só poderia dispensar esforços e levar-nos a desperdiçar energia.

Não padece de qualquer dúvida que a base do nosso trabalho é aconselhar os órgãos legislativos através dos nossos pareceres, mas todos sabemos igualmente, por experiência, que todos os pareceres que possamos emitir, independentemente da sua qualidade e perfeição, não terão o mínimo impacto se o Comité, enquanto instituição, não avançar até à linha da frente como o exige a actual sociedade mediática; se nós, os seus membros, não interviermos activamente no debate político geral; se não obtivermos o apoio das forças que devemos representar e cuja aprovação é a base da nossa legitimidade; se, por fim, não gozarmos, por conseguinte, da estima das instituições que estamos encarregados de aconselhar.

O empenhamento dos membros do Comité, de cada conselheira ou conselheiro, é indispensável para conquistar essa estima. Se nós, membros, não defender-mos o interesse da nossa instituição em cada momento oportuno que surja para tal, não podemos pretender que o Comité seja tratado com respeito.

Como a União Europeia tem uma arquitectura política complexa, devemos igualmente fazer ouvir a nossa voz através de diversos canais, nem que seja apenas para que a mensagem que devemos transmitir seja seriamente tida em consideração.

Nessa ordem de ideias, gostaria de chamar a vossa atenção para o facto de as minhas propostas constituírem um todo. As propostas devem ir todas no mesmo sentido e auxiliar o Comité Económico e Social Europeu a realizar cada vez melhor a sua vocação fundamental de servir os interesses das cidadãs e dos cidadãos da União Europeia.

Há quatro semanas, em 12 de Novembro, apresentei as linhas principais deste programa à Mesa, que lhes dedicou um debate aprofundado. A Mesa não só expressou a sua aprovação, como fez também uma série de sugestões que de bom grado acatei. As propostas que vou apresentar-vos já foram, pois, sujeitas a um primeiro exame e tenho a plena convicção, ou pelo menos a esperança, minhas senhoras e meus senhores, de que este programa auferirá hoje a vossa aprovação e de que juntos faremos todo o possível para o concretizar durante os próximos dois anos.

Retomemos as quatro linhas de acção que sugeri. A primeira visa

1. Optimizar o papel de órgão consultivo do PE, do Conselho e da Comissão, intensificando a cooperação

Quanto a este ponto, e para que os nossos trabalhos consultivos sejam da mais elevada qualidade possível e tenham a máxima projecção, tenciono antes de mais prosseguir a orientação para uma selectividade, necessária e adaptada, dos trabalhos do Comité, conforme a decisão da Mesa de Julho último.

Deveríamos, tendo nomeadamente em conta os recursos limitados de que dispomos, dar prioridade aos temas, às questões e às matérias que tenham um grande alcance político-social e sobre os quais saibamos que é esperada uma tomada de posição do CESE. Não faz sentido elaborar e apresentar pareceres que não tenham o mínimo efeito sobre o andamento da questão, quer por ninguém estar interessado nos elementos por nós apresentados quer por se tratar de um caso em que a única contribuição que podemos dar para o debate consiste na repetição das propostas de outrem. Em vez disso, deveríamos empenhar as energias e os recursos assim poupados tanto num melhor trabalho de preparação (por exemplo, através de grupos de estudo e audições) como numa melhor promoção da actividade do Comité a nível político e junto do público.

À Mesa cabe particular responsabilidade pela boa aplicação deste princípio de selectividade, na medida em que é ela que, nos termos do Regimento, determina os temas que o Comité deve examinar. Na prática, porém, é aos presidentes dos grupos em cooperação com os presidentes de secção que competirá encaminhar os nossos trabalhos na boa direcção. A Mesa precedente tomou, aliás, medidas claras a este respeito, com recomendações precisas a seguir.

Ontem tive uma reunião com os presidentes das secções especializadas para uma troca informal de pontos de vista, no decorrer da qual debatemos nomeadamente a contribuição que cada um deles poderia dar, cada um no seu domínio específico e unidos num esforço colectivo, para, juntos, definirmos as bases de uma selectividade positiva.

Na mesma linha de pensamento, devemos insistir para obtermos um maior número de consultas exploratórias, quer da Comissão quer do Parlamento quer das futuras presidências ou de

outros órgãos, instituições ou instâncias da União ou mesmo dos parceiros sociais, realizando um diálogo sustentado, a diferentes níveis, e antes de mais com as instituições legislativas e executivas.

Assim, se conseguirmos inserir-nos no processo de formação das orientações e das decisões numa fase precoce dele, seremos mais eficazes e influentes. Para tal devemos, entretanto, permanecer activos e manter relações sólidas e positivas com os principais responsáveis dos diferentes níveis.

Também considero extremamente importante que o Comité envide todos os seus esforços para concluir acordos de parceria e de cooperação com o Conselho e com o Parlamento. Graças a uma convenção desse género, a nossa colaboração com a Comissão repousa sobre bases firmes e daí extraírmos enormes benefícios. É óbvio que o Conselho e o Parlamento trabalham em condições diferentes e têm estruturas de decisão distintas. Por isso, os acordos que procuraremos concluir com essas instituições, e sobre os quais estamos já em negociações tanto com o Conselho como com o Parlamento, não assumirão a mesma forma e será necessário adaptar à especificidade de cada instituição as modalidades e os procedimentos de cooperação que nos unirão.

Quanto ao Parlamento Europeu, seguimos o plano de acção aprovado pela Mesa na Primavera deste ano. Algumas melhorias nas nossas relações de trabalho foram já conseguidas na sequência dos esforços desenvolvidos. Após os debates com o presidente Cox quando da sua vinda à plenária de Setembro, podemos esperar uma aceleração desse processo graças ao seu apoio.

No que diz respeito ao Conselho, estamos a tentar estabelecer uma cooperação mais sistemática com os governos que vão exercer a seguir a presidência da União. Primeiro, com o governo grego, que mostrou grande disponibilidade, nos primeiros encontros que tivemos, para fazer o Comité participar, durante o primeiro semestre de 2003, em alguns eventos e iniciativas. Depois, contactámos com os governos italiano e irlandês. É evidente que nos apoiamos, nestas circunstâncias, na colaboração preciosa dos Conselhos Económicos e Sociais dos países em causa.

O CESE só terá a ganhar (e os seus trabalhos serão tanto mais fecundos) se continuar a desenvolver cooperações pontuais com as outras instituições e os outros órgãos, agências e fundações da União Europeia. Os parceiros dessa cooperação com o CESE lucrarão igualmente com a experiência.

A título de exemplo, refiro apenas a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, de Dublin, cujo director me visitou em Novembro último. Nessa ocasião pudemos constatar o quanto os nossos potenciais interesses eram comuns, oferecendo uma excelente base para uma futura articulação dos nossos trabalhos, sobretudo no que diz respeito às actividades da nossa nova Comissão Consultiva das Mutações Industriais, que iniciou os seus trabalhos

em 28 de Novembro. Temos a intenção de desenvolver a nossa cooperação, sobretudo, em relação ao emprego, à formação e às condições de trabalho.

Um outro exemplo, ainda mais próximo, é o do Comité das Regiões, com o qual partilhamos muito mais do que serviços conjuntos. O Comité Económico e Social Europeu e o Comité das Regiões têm missões paralelas. Ambos servem de ponto de contacto com as organizações da sociedade civil, por um lado, e com as autarquias locais e regionais, por outro, assegurando a representação dos interesses e das expectativas de umas e de outras.

Por esse motivo, considero que deveríamos empreender acções conjuntas com o CR sempre que possível. Porque não elaborar, ocasionalmente, pareceres em comum sobre temas que interessem tanto à sociedade civil como às autarquias locais e regionais? Poderíamos igualmente organizar juntos conferências para tratarmos conjuntamente de temáticas de interesse para ambos os Comités.

Na semana passada, tive uma conversa aprofundada com o presidente do CR e presidente do Conselho Autárquico do Condado de Birmingham, Albert BORE, sobre a nossa futura cooperação que se apresenta sob os melhores auspícios de cooperação. Essa conversa será prosseguida dentro em breve para debater propostas concretas.

Considero ainda que é urgente definir o papel do Comité e as suas prioridades em matéria de relações externas no quadro geral da política externa da União. Nesse domínio, o CESE realiza, como sabem, actividades extremamente variadas. Dito isto, não desenvolvemos uma acção exterior própria, mas situamos os nossos esforços no contexto da política externa da UE, que apoiamos esforçando-nos por fomentar o contacto, ou contribuindo para o estabelecer, com as organizações da sociedade civil de todos os Estados ou grupos de Estados com os quais a UE mantém relações particulares.

Hoje, a política externa ocupa um lugar preponderante pelas implicações e consequências que tem, inclusivamente na União, o que me leva a empenhar-me de maneira concreta neste domínio, em ligação com a Secção Especializada de Relações Externas.

As trocas de pontos de vista permitidas pelas nossas conferências, pelos comités consultivos mistos, pelas mesas redondas e outros fóruns têm como principal objectivo promover uma melhor compreensão mútua, graças à informação de cada um dos parceiros sobre as motivações do seu interlocutor, os problemas que deve enfrentar e as soluções que procura encontrar.

Em segundo lugar, esses encontros visam igualmente estudar as possibilidades de resolver em comum as dificuldades existentes e explorar as modalidades de uma eventual assistência, mas também fomentar o conhecimento mútuo. Por fim, e de uma maneira mais geral, o objectivo é

criar as condições necessárias para o desenvolvimento, entendido como o rosto positivo dado à sociedade, tanto de um ponto de vista social e económico como de uma perspectiva cultural e política.

É assim que deve ser compreendido o nosso empenho na Associação Internacional dos Conselhos Económicos e Sociais e Instituições Similares, a qual, para além das relações que desenvolvemos para apoiar a política externa da UE, nos dá a possibilidade de entrar em contacto e de criar um diálogo com as instituições da sociedade civil de toda uma série de países dos cinco continentes. Neste contexto, reafirmamos o nosso interesse em estarmos mais presentes e sermos ouvidos nas Nações Unidas. É por isso que relancei o nosso pedido de sermos reconhecidos como observador no ECOSOC da ONU, para assim obtermos um lugar oficial de observador na Organização Internacional do Trabalho.

Há dias, tive a ocasião de falar deste assunto com o director-geral da OIT, Juan Somavia, e com o presidente do Conselho de Administração, Lorde Brett. Estivemos de acordo quanto a concretizar na prática – dadas as convergências e as sinergias possíveis entre a OIT e o CESE – os resultados da conferência sobre "Os direitos do Homem no trabalho", que organizámos com o acordo do comissário Pascal Lamy, na semana passada. Esta conferência foi, aliás, um grande êxito.

Passo agora à segunda linha de acção,

2. **Melhorar a representatividade e a credibilidade do CESE enquanto representante institucional da sociedade civil**

Devemos fazer todo o possível por aplicar o mais rapidamente possível a decisão do Comité do Outono de 2001, que permite um diálogo reforçado com as organizações representativas da sociedade civil a nível europeu. Em meu entender, as reuniões de diálogo e de informação que temos organizado desde a Primavera deste ano com o acordo da presidência da Convenção Europeia constituem, por assim dizer, uma espécie de ensaio desse diálogo. Podemos dizer que até ao presente esse ensaio se tem desenrolado da maneira mais positiva, contribuindo para superar certas inibições tanto da nossa parte como dos nossos parceiros. É agora altura de passar à próxima etapa e aperfeiçoar o método estabelecido no quadro da convenção para o alargar a outros domínios.

Nessa mesma lógica, e na linha da decisão já evocada, devemos permitir às organizações representativas ao nível europeu não representadas no Comité, e nomeadamente aos representantes das redes europeias transnacionais de ONG, participar na elaboração dos nossos pareceres, por exemplo através de reuniões e audições regulares e do convite à cooperação sobretudo nos grupos de estudo e de trabalho. Para tal, importa criar procedimentos adequados. O novo Regimento adoptado em Setembro contém disposições que nos permitem ir mais longe nesta matéria,

designadamente a possibilidade de criar uma comissão consultiva e, assim, sermos de facto representativos da sociedade civil organizada ao nível europeu.

Quaisquer que sejam as soluções encontradas para integrar estes actores, é indiscutível que continuarão a ser os membros do Comité a decidir em última instância sobre a forma e o conteúdo a dar aos pareceres que adoptamos. Falamos aqui de co-participação nas deliberações, e não de co-decisão. Estou convicto de que, regra geral, qualquer parecer que beneficie do contributo de intervenientes directamente envolvidos no tema só poderá tornar-se ainda mais coerente e mais credível.

Nesta ordem de ideias, importa, como é óbvio, definir os critérios para determinar a representatividade das organizações e redes da sociedade civil a nível europeu. A questão é saber quem fala em nome de quem. Essa clarificação conviria igualmente à Comissão e ao Parlamento, uma vez que estas instituições deverão continuar, independentemente da acção do CESE, a dialogar com vários desses grupos ou organismos sobre problemas sectoriais e projectos específicos. Posso desde já antever que o Parlamento ou a Comissão, ou mesmo os dois, solicitarão ao CESE um parecer exploratório sobre esta questão da representatividade, e mesmo, eventualmente, sobre outras questões relacionadas com essa problemática.

Do mesmo modo, é evidente que deveremos estar também dispostos a dar às organizações representativas da sociedade civil a possibilidade de se servirem da infra-estrutura do CESE, em particular no caso de redes e fóruns transnacionais e na medida em que haja uma vontade de cooperação concreta a nível do conteúdo. Será necessário debater a questão com os parceiros interessados e examinar juntamente com eles o projecto de regulamento dos procedimentos, que deve ser elaborado o mais rapidamente possível. Ao mesmo tempo, importa ainda analisar as consequências financeiras e orçamentais da operação.

É nesse mesmo contexto que se inscreve a continuação do diálogo e da cooperação com os Conselhos Económicos e Sociais e com as sociedades civis a nível nacional e regional dos Estados-Membros. Durante os últimos anos, realizámos progressos notáveis neste domínio, tendo os resultados sido amplamente publicitados na última reunião dos presidentes e secretários-gerais dessas instâncias, que se realizou em Dublin em 29 de Novembro último. Em Dublin, estávamos em condições de nos pormos de acordo quanto a uma estratégia comum para os objectivos a promover na Convenção e os procedimentos a seguir. Além disso, tomou-se a decisão de intervir, de comum acordo, junto dos chefes de governo com base numa declaração assinada por todos os presidentes.

Outro resultado importante foi o acordo para trabalharmos em conjunto, ao longo de todo o próximo ano, sobre o método aberto de coordenação, com o objectivo de poder redigir um parecer, integrando nele os contributos dos Conselhos nacionais, sobre as experiências e as perspectivas do processo de Lisboa, três anos após a sua aplicação.

Por último, é ainda nesta linha de acção que importa incluir a activação das relações com os parceiros sociais europeus. Dada a função que compete aos parceiros sociais europeus desempenhar no processo legislativo europeu e o lugar proeminente que ocupam no concerto das organizações transnacionais da sociedade civil, é vital que o CESE mantenha boas relações com eles. Parece-me concebível que consigamos formar com a UNICE, por um lado, e com a CES, por outro, dois grupos de trabalho restritos que clarifiquem as nossas relações, como o exigem aliás as decisões esperadas da Convenção Europeia. Assim sendo, proponho que, no final do próximo ano, em colaboração com as organizações europeias de parceiros sociais e, sendo caso disso, com outras organizações da sociedade civil interessadas, organizemos uma grande conferência internacional sobre o tema "Diálogo social e diálogo civil – Distinção e complementaridade", a qual se inscreveria na linha de anteriores encontros desse tipo. Porque também neste domínio há ainda muito por esclarecer, no interesse tanto dos parceiros sociais como da sociedade civil.

A terceira linha de acção por mim proposta consiste em:

3. Prosseguir o reforço dos meios e estruturas internos do Comité

Durante a minha presidência, o Comité deverá enfrentar, no plano interno, vários desafios que determinarão os nossos trabalhos:

- a adesão de 10 novos Estados-Membros, que implicará para o CESE um aumento do número de conselheiros em cerca de uma centena (primeiro semestre de 2004) e deverá ser precedida de uma reflexão aprofundada quanto às opções a tomar, nomeadamente no que diz respeito ao regime linguístico e aos métodos de trabalho. Está previsto, aliás, convidar para a plenária de Maio próximo os representantes das organizações da sociedade civil dos futuros Estados-Membros;
- a mudança para o edifício Belliard, prevista para o primeiro semestre de 2004;
- o lançamento e a consolidação das actividades da Comissão Consultiva sobre as Mutações Industriais (a partir de Novembro de 2002);

Nesta perspectiva, mas sobretudo devido aos resultados a esperar da Convenção Europeia e aos desafios que decorrerão do novo perfil do CESE enquanto representante institucional da sociedade civil organizada, comprometo-me perante vós, minhas senhoras e meus senhores, a, durante a minha presidência:

- iniciar sem demora os trabalhos sobre o estatuto dos membros, que deverá ser adoptado no Outono de 2003 ou, o mais tardar, na Primavera de 2004,
- procurar obter um estatuto financeiro condigno para os conselheiros,

- preparar a todos os níveis a chegada de cerca de uma centena de novos conselheiros dos novos Estados-Membros (e de um grande número de novos funcionários) após a adesão,
- continuar a modernização dos serviços e dos seus métodos de trabalho (*em aplicação das recentes decisões da Mesa*),
- tornar mais transparente a actividade da Mesa, apresentando regularmente um relatório à Assembleia sobre a actividade da Mesa,
- reorganizar o nosso orçamento e adaptar as nossas estruturas de pessoal e financeiras às novas tarefas de um CESE alargado,
- e a prosseguir o desenvolvimento da estratégia de comunicação e de informação activa e sistemática, a fim de reforçar a projecção e, logo, o impacto dos trabalhos do Comité. A este propósito, insisto em que consulteis o plano de comunicação adoptado pela Mesa em ... Porque a comunicação vos diz respeito, senhores conselheiros, directamente. Sem os vossos esforços individuais nos domínios da vossa especialidade, o nosso esforço enquanto instituição não pode ter o impacto necessário. Após a mudança do CESE para as suas novas instalações na Rua Belliard, a qual terá lugar, espero, em 2004, encontrar-nos-emos numa situação geográfica muito privilegiada entre Parlamento, Conselho e Comissão, da qual poderemos retirar e aproveitar oportunidades positivas para o nosso trabalho de informação e de comunicação.

Por último, a quarta de linha de acção será:

4. Reforçar a presença do CESE no debate sobre o futuro da Europa

Durante os próximos dois anos serão tomadas, na Convenção e, mais tarde, na Conferência Intergovernamental, as decisões que determinarão a configuração futura da União Europeia, bem como a posição de cada uma das suas instituições no seu sistema político. É essencial que o papel do Comité seja claramente afirmado e reconhecido, no interior e no exterior, e que a sua função consultiva seja reforçada.

Nesta ordem de ideias, é fundamental, tanto para o CESE como para a sociedade civil organizada, que o Comité defenda ele próprio e energicamente os seus interesses no que toca ao seu estatuto e à sua função.

Esse esforço deve inscrever-se na linha das opções fundamentais do anterior mandato, mas dar igualmente provas de inovação.

Não é necessário deter-me, hoje, demoradamente sobre este tema, que já aprofundei no meu discurso de 23 de Outubro.

Cingir-me-ei a recordar as questões mais importantes relativamente às quais o CESE deve intervir na Convenção e – com vista à Conferência Intergovernamental, que tomará, no fim de contas, as decisões sobre a futura Constituição – junto dos governos:

- a defesa e o desenvolvimento do modelo social europeu e do modelo europeu de sociedade;
- a coordenação da política económica;
- a participação da sociedade civil e das suas organizações no processo de formação da opinião pública, na legislação e respectiva aplicação, e em diversas decisões relacionadas com a governação e o diálogo tanto civil como social;
- a função e o papel do CESE, ou seja, a sua posição institucional em relação às outras instituições da UE, mas igualmente em relação ao CR e aos parceiros sociais europeus, o seu mandato e a sua missão, os seus direitos e os seus instrumentos, a sua composição, etc.

Estes pontos são tratados contínua e metodicamente pelos nossos observadores na Convenção (eu próprio, e os Senhores Conselheiros Frerichs, Anne-Marie Sigmund, Sepi, Regaldo e Olsson), bem como pelo subcomité que constituímos para acompanhar os trabalhos da mesma e daí extrair as repercussões para o funcionamento do Comité. A Assembleia será regularmente informada sobre estas questões. Tendo tido a ocasião de o encontrar à margem de uma reunião da Convenção Europeia pouco depois da minha eleição, tomei a liberdade de convidar o presidente da Convenção, V. GISCARD D'ESTAING, a intervir numa próxima reunião plenária e debater connosco o estado e a evolução dos trabalhos sobre a Constituição Europeia.

A concluir a apresentação do meu programa, faço questão de vos dizer o quanto ficarei satisfeito se, graças ao vosso empenho, à vossa contribuição, a todos os membros do CESE e colaboradores e colaboradoras, nos próximos dois anos dermos ao CESE a capacidade de desempenhar, no superior interesse da União, dos Estados-Membros e dos cidadãos europeus, o seu papel de fórum institucional de representação, de informação e de expressão da sociedade civil organizada, fórum que permite aos representantes das organizações económicas, sociais e civis formarem parte integrante do processo de elaboração das políticas e das decisões a nível comunitário, como refere a resolução do CESE de 19 de Outubro, no nº 1.

Para isso, espero poder contar com o vosso apoio e com a vossa colaboração activa.